

GESTÃO ESCOLAR:

DEMOCRACIA NA ESCOLA.

DR. JAIR PIVA

(FILÓSOFO, MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO,
DOUTOR EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	6
1.1 DEMOCRACIA.....	6
1.1.1 TIPOS DE DEMOCRACIA.....	8
1.2 CIDADANIA.....	13
1.3 ESCOLA CIDADÃ.....	16
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	23
2.1 CONCEPÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO.....	25
2.1.1 ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.....	27
2.2 ESCOLA DEMOCRÁTICA.....	34
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

Vivenciamos em nosso país, durante décadas, um sistema ditatorial, onde a liberdade de expressão, os direitos humanos, o direito de ir e vir e a cidadania não eram aceitos. Nesse período, no sistema educacional vigente da época, a palavra democracia não era bem vista e nem se podia falar dela em voz alta sem que aqueles corajosos que ousavam expressar sua indignação diante de uma ditadura forte, fossem esmagados pelas milícias que estavam do lado do poder militar da época. O povo se encontrava, nesse período, indignado com o que estava acontecendo. Os mais esclarecidos buscavam alternativas. As escolas, infelizmente, sob o domínio dos ditadores, impunham uma severa disciplina tanto para professores como para alunos. A liberdade de expressão nas escolas, quando existiam era só uma expressão e que poucos ousavam utilizar por medo das represálias.

Portanto, nesse período, falar de uma escola democrática ou mesmo de formar alunos para exercer a cidadania, jovens capazes de lutar por seus direitos, isso era inimaginável.

Com o advento da abertura política, das eleições diretas, da formulação de uma constituição brasileira em moldes democráticos, começou-se de novo a ouvir na boca dos brasileiros a palavra democracia e cidadania. A partir do final da década de 1980, as escolas começaram a dar novos moldes ao seu sistema educacional. O antigo regime havia caído finalmente. Um novo mundo, uma nova sociedade estava para ser construída. Uma vez que a ditadura havia nos deixado, precisávamos reestruturar todo o nosso sistema educacional no intuito de promover o desenvolvimento da democracia. Quem além da escola poderia ser o melhor instrumento para desenvolver a cidadania nas futuras gerações? Partindo desse

princípio que a Constituição do nosso país, promulgada em 1988 determinou em seu artigo 206 no inciso VI que a gestão democrática deve estar presente na administração das escolas públicas. Apesar de a Constituição determinar tal forma administrativa, é de conhecimento de todos que essa gestão democrática, em muitas escolas, ainda é mera utopia e por consequência podemos afirmar que a cidadania também não está sendo desenvolvida em nossos alunos. Sendo a escola o local onde deveria se ensinar o educando a ser cidadão democrático, o seu sistema administrativo não age como tal, logo não se pode ensinar o que não se vive. Com isso, vemos inúmeras consequências sociais como: o aumento da criminalidade, a corrupção cada vez maior no meio político brasileiro, exploração do trabalhador, enfim o desrespeito aos direitos humanos. Tais consequências nos mostram que o povo ainda não aprendeu a ser cidadão. Não aprendeu a exigir, a lutar pelos seus direitos, não aprendeu a votar e exigir de seu candidato, daqueles que assumem o poder seja na prefeitura, no estado ou no senado federal, uma postura ética e uma administração justa e igualitária, que vise o bem estar da sociedade como um todo, como nos diz Kohan (1999, p. 124)

Todo processo educativo deve procurar dar aos estudantes as ferramentas que lhes permitam participar na geração e na sustentação de formas de vida associadas que potencializem a qualidade da sua experiência, e a democracia é a forma de vida associada que otimiza a experiência humana. É uma educação na democracia pela importância de respeitar a continuidade da experiência dos estudantes e porque a mesma experiência humana tem mostrado sobejamente que os fins democráticos requerem meios democráticos para sua realização.

Como disse o autor, para se ter jovens aptos para exercer a democracia, temos que ter meios democráticos, ou seja, temos que ter na escola uma gestão democrática, pois somente com um grupo de dirigentes democráticos é que podemos ensinar aos discentes a democracia. É pelo exemplo daqueles que administram a escola que se consegue educar os alunos para serem cidadãos na prática cotidiana. Portanto, é imprescindível uma gestão democrática nas escolas para construirmos uma educação para a cidadania.

Pensando no desenvolvimento da cidadania é que realizo esta pesquisa, pois pretendo como objetivo principal analisar a importância de uma gestão democrática para o bem estar social e para desenvolver a prática da cidadania nos alunos. Esta pesquisa visa também mostrar os benefícios de uma gestão democrática para a escola. Uma vez que muitas escolas ainda não possuem esta forma de administração, espero que esta pesquisa ajude àqueles que estão à frente da administração de uma escola a buscar praticar uma gestão democrática.

Para desenvolver essa pesquisa usarei como metodologia a pesquisa bibliográfica, analisando os autores que escrevem sobre gestão democrática e sobre democracia.

Para compreender melhor o que seja gestão democrática e seus benefícios, na presente pesquisa falarei num primeiro momento o que vem a ser democracia e cidadania para em seguida falar da gestão democrática. Farei um breve histórico do que seja a gestão para melhor compreensão e por fim uma relação entre gestão e democracia mostrando os benefícios que a mesma tem para a escola.

1. DEMOCRACIA E CIDADANIA

Para compreendermos melhor o que vem a ser uma gestão democrática, precisamos necessariamente entender o que vem a ser democracia e cidadania. Muito se fala, a todo o momento se houve falar nos meios de comunicação de massa, principalmente nas emissoras de televisão que os brasileiros têm que agir como cidadãos, têm que exercer a sua democracia. Aqui entra a pergunta: será que nós sabemos mesmo o que é democracia e cidadania? Quando falamos de gestão democrática falamos de uma democracia participativa no processo de administração da escola, no nosso caso. No entanto o sistema de democracia vigente na nossa sociedade é a democracia representativa, na qual escolhemos alguém que nos representa, portanto, poucos conhecem o que seria uma democracia participativa.

1.1. DEMOCRACIA

Como sabemos, a democracia tem seu berço na Grécia antiga, no entanto, na época ela não era para todos, somente para os ditos cidadãos que eram somente aqueles com descendência ateniense, mulheres e crianças também não eram considerados cidadãos da polis.

Ironicamente, apesar de vivermos num país dito democrático constitucionalmente, esta democracia ainda não está plenamente efetivada. Esse pouco exercício da democracia no nosso país se deve, infelizmente, em grande parte, do fato de termos ficado por longos anos imersos dentro de um

processo ditatorial que reprimiu todos os direitos dos cidadãos.

Na Grécia antiga, embora não estivessem numa ditadura durante o período democrático, no entanto, nem todos podiam exercer - lá. Naquela época, por volta do século V a.C, estrangeiros, mulheres, crianças e escravos não eram considerados cidadãos e, portanto, estavam excluídos da sociedade, das tomadas de decisões políticas que aconteciam em sua região.

A democracia vigente na Grécia antiga era a direta, no qual todo aquele que era considerado cidadão de fato, tinha o direito de participar da assembleia pública com o intuito de discutir os destinos da polis. A igualdade que daí resulta se caracterizava pela isonomia, isto é, a igualdade de todos perante a lei e pela isegoria, ou seja, o direito de falar na assembleia.

Para melhor compreensão do que vem a ser uma gestão democrática abordarei algumas concepções de democracia. Partindo de uma definição mais clássica, temos as definições do dicionário de filosofia do autor Nicola Abbagnano (2007). A partir de um conceito propriamente político, em um sentido mais contemporâneo, este autor define democracia como sendo:

A política que tem em vista o homem, em oposição às políticas que vêm como instrumento, determinando seus objetivos(Bobbio). Na qualidade de política antimaquivélica, a democracia foi primeiramente antiabsolutista e, depois, antitotalitária: mas sempre, ao menos tendencialmente, humanista. Por isso, o desenvolvimento da democracia moderna caracteriza-se por uma crescente consciência antropológica até o século XX, quando a democracia começa a apresentar um caráter novo

em relação ao passado. Em outras palavras, na democracia do século XX o conceito de povo (do qual, anteriormente, haviam sido excluídas certas parcelas: escravos, mulheres, arraiamiúda, proletariado) compreende todos os homens, chamados a se expressarem politicamente através do sufrágio universal. (ABBAGNANO, 2007 pag.277)

Essa democracia mostrada por Abbagnano, segundo ele mesmo comenta, tem seu fundamento principal nos direitos humanos, onde a consciência do ser humano é quem vai ditar o ritmo do desenvolvimento da democracia na sociedade.

1.1.1 Tipos de democracia

Apesar de, em pleno século XX, o sistema político liberal tenha assumido uma postura democrática, no entanto, com o advento do socialismo, outras concepções de democracia vão surgindo na sociedade, isso começa a acontecer a partir da Revolução Russa de 1917.

Como o intuito, principal, é entender o sentido e a forma prática de uma gestão, para dizermos que esta, é democrática, temos que compreender as diversas facetas da democracia. Afinal afirmar que algo é democrático em nosso país é fácil, mas demonstrar que as ações de um administrador são realmente democráticas é outra história.

Ao longo do século XX criaram-se algumas formas de democracia, são elas: democracia formal e substancial, democracia econômica; democracia social; democracia jurídica e democracia política.

No que diz respeito à democracia formal e substancial Aranha e Martins nos dizem que:

O aspecto formal da democracia consiste no conjunto das instituições características deste regime: voto secreto e universal, autonomia de poderes, pluripartidarismo, representatividade, ordem jurídica constituída, liberdade de pensamento e expressão. (ARANHA; MARTINS 1998. Pag. 178).

Quanto à substancial propriamente dita elas relatam:

A democracia substancial diz respeito não aos meios, mas aos fins que são alcançados, aos resultados do processo. Dentre esses valores se destaca efetiva – e não apenas ideal – igualdade jurídica, social e econômica. Portanto, a democracia substancial diz respeito aos conteúdos alcançados de fato: se todos têm moradia, educação, emprego, acesso à cultura, etc. (ARANHA; MARTINS 1998. Pag. 178).

Tendo em vista esse conceito de democracia formal, podemos verificar que nas escolas públicas estaduais em sua grande maioria, não há este tipo de democracia. Aí já está uma falha na gestão que alguns falam ser democrática, pois um aspecto importantíssimo que é quem ocupa o cargo de direção, nas escolas o cargo geralmente é indicado pela Secretaria de Educação, não há eleição e mesmo quando há eleição isso não garante que a gestão será de fato democrática. Logo o direito de participação dos pais, professores e alunos, é vetado pelo Estado.

Com relação à democracia econômica Aranha e Martins (1998) relatam que esta democracia envolve a questão da justa distribuição e igualdade social.

A democracia econômica consiste na justa distribuição de renda, em oferecer iguais